

BRASÍLIA-DF – 29/05/2018

Sessão Solene do dia do Trabalhador lembra momento de crise enfrentado pelo movimento sindical



Relembrar o dia do Trabalhador (1º de maio), foi o objetivo da Sessão Solene realizada no Senado Federal nesta segunda-feira (28/05). "Estamos vivendo em um momento de crise sem precedente. No entanto, precisamos comemorar pela vivacidade que ainda nos resta, e que nos permite continuar lutando e enfrentando todo e qualquer tipo de problema que nos chega. Agora, em relação ao movimento sindical é preciso formular uma nova engenharia de funcionamento, no sentido de superar o momento difícil em que estamos passando. E a partir daí, possamos renascer com mais vigor e força", expôs José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST.



Ainda segundo Calixto, para superar esse momento nefasto que o sindicalismo vem passando, será preciso à unidade de forças, em defesa da classe trabalhadora brasileira.



Para Moacyr Roberto, secretário geral da Nova Central, falar em homenagem ao dia do trabalhador. É falar dos mais de 20 milhões de desempregados que sofrem em todo Brasil. "O que vamos comemorar? O desmonte da estrutura sindical? A precarização das relações de trabalho? Comemorar por um ministério do trabalho que nada nos representa e muito menos nos protege? Realmente só nos resta continuar lutando por nossos direitos. E desta forma, aproveitamos a ocasião para fazer uma solicitação à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa -CDH, pela revogação da

lei da *terceirização* (nº 13 429/2017) e da famigerada "contra reforma" ou "lei da modernidade" (Lei nº 13.467 2017)", protestou Moacyr Roberto- NCST, representante também das Confederações ligadas aos trabalhadores.

Todos os convidados foram unânimes em suas colocações, enfatizando sempre por uma celebração que muito mais combina com luta do que com vitórias e comemorações, em função do cenário massacrante enfrentado pela classe trabalhadora de todo país. "O governo precarizou todas as relações de trabalho e relegou o sindicato ao esquecimento. Colocou-nos em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI), ao tirar todas as condições de trabalho da estrutura sindical", lembrou Calixto.



A senadora Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), o senador Jorge Viana (PT-AC), além do senador Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a sessão, fizeram suas intervenções sempre no sentido de trabalhar por medidas protetivas ao elo mais fraco da cadeia: o trabalhador. "Para o mês do trabalhador, como simbolismo do dia do trabalhador, queremos qualificar o diálogo, diante desta crise de representatividade que passa o Brasil, além de homenagear aqueles que fortalecem e dignificam nossa nação: o trabalhador brasileiro. Esse é o nosso objetivo: que a sociedade brasileira, acima de tudo, entenda sobre a importância da criação do Estatuto do Trabalho", encerrou Paim.



Ao final da Sessão Solene, José Calixto, presidente da NCST, juntamente com o seu secretário geral- NCST, Moacyr Roberto protocolaram na CDH, documento alusivo à revogação da Lei 13 429/2017, que trata da *terceirização* e da Lei nº 13.467 2017, da "reforma trabalhista". O documento foi recebido pelo senador Paulo Paim, que se comprometeu a dar andamento a solicitação feita pelas entidades ali representadas.

(Imprensa NCST)

Nota das Centrais Sindicais sobre a greve dos caminhoneiros



As centrais sindicais neste momento de impasse nas negociações entre o governo federal e os caminhoneiros, decidem se colocar a disposição como mediadoras na busca de um acordo que solucione o caos social que o país caminha.

A proposta do governo de convocar as Forças Armadas, como instrumento de repressão, é querer apagar fogo com gasolina, ou seja, só acirra o conflito e dificulta uma solução equilibrada. Queremos um acordo que leve em conta a justa reivindicação dos trabalhadores e as necessidades do país.

São Paulo, 25 de maio de 2018

Vagner Freitas
Presidente da CUT

Paulo Pereira da Silva
Presidente da Força Sindical

Ricardo Patah
Presidente da UGT

Adilson ARAÚJO
Presidente da CTB

José Calixto Ramos
Presidente da Nova Central

Antonio Neto
Presidente da CSB

(Assessorias de imprensa das Centrais Sindicais)

Presidente da NCST/MG participa de encontro em Genebra



O presidente da Nova Central Minas, Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, é um dos representantes Nova Central Nacional em encontro em Genebra (Suíça), realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, entre outros assuntos, discute as aplicabilidades das convenções, a violência e o assédio no mercado de trabalho.

Além da participação aos debates, Geraldo também busca subsídios para a NCST/MG.

Segue abaixo os temas propostos na reunião da OIT:

- 1) Comissão de Normas: aplicabilidade das convenções.
- 2) Comissão Diálogo Social e Tripartismo.
- 3) Violência e Assédio.
- 4) Eficácia da cooperação da OIT.

(NCST/MG)

Democracia representativa x democracia substantiva



Se o regime democrático não estiver comprometido com valores éticos, morais e sociais e não garantir igualdade no acesso aos bens e necessidades básicas — como educação, saúde, segurança, transporte, alimentação e lazer, assim como com a efetiva participação da cidadania — não se sustenta.

por Antônio Augusto de Queiroz

Com a investida do neoliberalismo sobre o **Estado de bem estar social**, o debate sobre a crise da democracia representativa e a distinção entre democracia representativa — procedimental, institucional ou formal — e a democracia substantiva se intensificou no Brasil e no mundo.

A principal diferença entre ambas é que a 1ª (democracia representativa) se limita aos princípios abstratos, como regras processuais e formais sobre a constituição e a organização do poder, enquanto a 2ª (democracia substantiva) se propõe a dar concretude aos seus enunciados, regulando os fatos jurídicos relacionados a bens e utilidades da vida.

A democracia representativa ou formal observa prioritariamente os princípios relativos à organização do exercício do poder político e, no limite, alcança os direitos civis (direito à vida, à liberdade, à propriedade, de igualdade perante a lei, de ir e vir, de expressão e pensamento, etc.) e os direitos políticos (de votar e de ser votado, de associação, de manifestação e de fundar e participar de partido político, etc.).

Já a democracia substantiva, que se confunde com a ideia de justiça social, além dos direitos civis e políticos, estende a influência do cidadão à formulação e execução das políticas públicas e à definição das prioridades do orçamento público, dando concretude também aos direitos materiais, especialmente os sociais, econômicos e culturais. A desigualdade, nos países capitalistas, é brutal e, num cenário desses, não há regime político democrático que se sustente cuidando apenas das liberdades e da forma de exercício do poder. É preciso ir além e optar pelo favorecimento à maioria do povo, notadamente a maioria vulnerável ou mais pobre da população.



Afinal, o cidadão — que é a fonte do poder — não está mais disposto a aceitar como ética um tipo de democracia (no caso a formal ou procedimental) que busca apenas o apoio, o voto e a legitimação do exercício do poder, sem qualquer compromisso com o atendimento de suas necessidades, aspirações e demandas.

Nesse mundo dominado pela financeirização da economia e pelo individualismo, o que tem acontecido é que muitas vezes o eleitor que legitima o regime político se constitui na principal vítima da agenda adotada pelos titulares dos poderes eleitos, numa completa inversão de valores ou manipulação de vontade do eleitor. As contradições do sistema são de tal ordem que sequer a democracia participativa é admitida, já que o cidadão passaria a ser consultado (via plebiscito, referendo e iniciativa popular) sobre as políticas públicas, a destituição de mandatos (recall) e também haveria formas de accountability (prestação de contas), tudo isso facilitado pela comodidade e rapidez da rede mundial de computadores, a internet, e das redes sociais.

Por tudo isso é que a ideia de democracia substantiva faz todo o sentido na atualidade, especialmente neste mundo globalizado, no qual a chamada classe média alta e os ricos, quando ficam inseguros ou insatisfeitos em seus países de origem, após terem usufruído do Estado (estudando em universidades públicas) e acumulado recursos (explorando atividades lucrativas) ou adquirido direitos (aposentadoria, etc.), por exemplo, simplesmente o deixam, comprando sua cidadania em outro país. A democracia, portanto, precisa ir além dos procedimentos formais, constituindo-se num regime simultaneamente participativo e substantivo, que assegure a participação e proteja os mais vulneráveis da violência, do desemprego e das privações. Se não for comprometida com valores e garantidora de igualdade no acesso aos bens e necessidades básicas, como educação, saúde, segurança, transporte, alimentação e lazer, assim como com a efetiva participação da cidadania, não se sustenta.

* **Antônio Augusto de Queiroz** é jornalista, consultor, analista político e diretor de Documentação do Diap

(DIAP)

Dez problemas evidenciados pela greve dos caminhoneiros



Política de preços flutuantes adotada pela atual gestão da Petrobras, comandada pelo tucano Pedro Parente, e crise econômica que se aprofunda encabeçam a lista elaborada por economista da USP

De acordo com levantamento realizado pelo Dieese, a Petrobras reajustou o preço da gasolina e do diesel nas refinarias por 16 vezes

em apenas 1 mês. O preço da gasolina saiu de R\$ 1,74 e chegou a R\$ 2,09, alta de 20%. Já o do diesel foi de R\$ 2,00 a R\$ 2,37, aumento de 18%. Para o consumidor final, os preços médios nas bombas de combustíveis subiram de R\$ 3,40 para R\$ 5,00, no caso do litro de gasolina (crescimento de 47%), e de R\$ 2,89 para R\$ 4,00, para o litro do óleo diesel (alta de 38,4%). Segundo a economista Laura Carvalho, professora do Departamento de Economia da FEA-USP, a conjunção de uma política de preços equivocada na Petrobras, excesso de vulnerabilidade a choques externos e a falta de uma agenda de crescimento para o país são alguns dos problemas evidenciados com a paralisação dos caminhoneiros contra a alta do diesel, que chega nesta segunda-feira (28) ao seu oitavo dia.

10 problemas evidenciados pela greve dos caminhoneiros

1. A política equivocada de preços da Petrobras, que para tentar corrigir o subsídio excessivo do governo anterior, passou a adotar o extremismo de mercado, deixando os preços absorverem toda a volatilidade dos mercados internacionais.
2. A falta de uma agenda de crescimento para resolução dessa crise econômica profunda. A crise atingiu em cheio o setor de transportes de carga, que por isso não consegue repassar para preços o aumento brusco dos custos com combustíveis.
3. As deficiências do nosso regime de concessões rodoviárias, que não regula adequadamente os aumentos excessivos nas tarifas de pedágio.
4. O poder político excessivo das associações patronais, que estão sempre atuando para pressionar o governo por uma redução de impostos que beneficie os setores empresariais. Dada a agenda implementada de ajuste fiscal, isso acaba fazendo o custo da crise recair sobre os mais pobres, que sofrem com os cortes no Orçamento destinados a áreas prioritárias.
5. A grave injustiça tributária brasileira, que deveria ter peso muito menor de impostos sobre consumo, produção e renda do trabalho e muito maior sobre a renda do capital e o patrimônio.
6. O excesso de vulnerabilidade a choques externos causada pela porta giratória de capitais especulativos de curtíssimo prazo, que entram e saem do país a partir das condições financeiras internacionais. A regulação desses fluxos é essencial para reduzir a volatilidade do preço do dólar em reais.
7. A falta de investimentos em malha ferroviária, hidrovial e metroviária, que leva à dependência excessiva do transporte rodoviário entre estados e dentro das grandes cidades.
8. A dependência excessiva de combustíveis fósseis e a política equivocada de redução da CIDE durante o governo Dilma, que acabou prejudicando a produção de etanol.
9. A falta de incentivos à produção local familiar de alimentos, que faz com que haja enorme dependência de combustíveis para transportar hortaliças. O problema também explica o efeito recorrente de choques no preço dos alimentos sobre o nosso índice de inflação.
10. A falta de legitimidade de um governo não eleito, que faz com que a situação de crise abra espaço para rupturas democráticas ainda mais profundas.

* Laura Carvalho é professora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP)

(Rede Brasil Atual)